EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O (DES)PREPARO DO PROFESSOR: BREVES CONSIDERAÇÕES

Nazineide Brito*

O preparo do professor da educação inclusiva pode ser o resultado da vivência e da interação com outros indivíduos e, em especial, com o aluno. Aos poucos o professor vai construindo a sua competência.

Atualmente, diferentes são os eixos temáticos focalizados por educadores e pesquisadores, adeptos ou contrários à educação inclusiva¹. Sem focalizá-los detalhadamente, neste breve ensaio, mesmo porque seria uma missão impossível, deter-me-ei no campo da atuação docente nessa área de educação inclusiva.

Além de um interesse pessoal bastante enraizado na minha formação acadêmica de graduada, na qual optei pelo estágio curricular, enquanto psicóloga, numa das escolas da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE, a área da educação especial vem absorvendo a minha atenção, principalmente pelo desafio que se apresenta frente à proposta de escola inclusiva.

Assim, atuando na condição de docente do Curso de Pedagogia, Campus de Caicó, e orientando trabalhos monográficos em torno dessa temática, aos poucos fui envolvendo-me, mais e mais, com as questões a ela inerentes, principalmente, com alguns estudos voltados para a forma como está se realizando o processo de implantação da educação inclusiva na Região do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte.

* Nazineide Brito é Professora do Departamento de Estudos Sociais e Educacionais do Centro de Estudos Superiores do Seridó/CERES, Campus de Caicó.

¹ Política educacional que garante, nas escolas regulares, o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educativas especiais, respeitando as várias especificidades e ajustando-se às diferenças especiais.

Nesses estudos, muito tem sido colocado sobre o grande desafio que é a implantação de uma sistemática de educação inclusiva. Muitas são as dificuldades apontadas para a obtenção do sucesso desse empreendimento, desde as questões de ordens governamental, financeira, social e organizacional até os aspectos propriamente pedagógicos e de recursos humanos. Dentre essas dificuldades, encontramos uma que nos foi bastante explicitada, e da qual trataremos nesta breve análise: refirimo-nos à questão do denominado despreparo do professor, isto é, a ausência de capacitação do profissional professor que coordena, ou coordenará, a inclusão do aluno portador de necessidades educacionais especiais.

E, nesse eixo, seguem-se várias falas de professoras entrevistadas:

Não estamos preparadas..., falta capacitação..., enviam-nos as crianças e não nos ensinam como fazer...

Não desconsiderando ou minimizando a necessidade de melhores condições de trabalho desse professor, o que envolveria melhores salários, acompanhamento pedagógico, número reduzido de crianças na sala, recursos didáticos adaptados à clientela atendida, etc., gostaria de me reportar à questão do despreparo técnico e teórico de que falam as professoras entrevistadas.

Inicialmente, registro o que essa idéia de preparação, no contexto da educação inclusiva, me leva a considerar. Entendo que há, nesse discurso, um forte “ranço” de uma perspectiva mecanicista do conhecimento, sobre a qual podemos lembrar vários aspectos: a) sempre é dado como algo pronto, acabado; b) encontra-se fora do indivíduo; c) deve ser ingerido, absorvido, de fora para dentro; d) e, ainda, ao absorvê-lo, o “absorvedor”, no caso, o professor, passa a ser percebido num nível *optimun*, enfim, preparado.

E é assim que, sem perceber que subjacente ao imobilismo, frente à possibilidade de dinamizar a prática pedagógica, visando a

uma verdadeira efetivação do processo de inclusão, encontra-se uma visão limitada do conhecimento. Chega-se a bloquear, impedir ou, ainda, dificultar a implantação de uma sistemática de ação pedagógica na qual o convívio com a diversidade seja garantido e aproveitado por todos.

É importante reconsiderarmos o discurso acerca desse despreparo do professor. Para isso, reporto-me às idéias de Vygotsky (1984), o qual enfatiza que a condição humana não é dada pela natureza, e sim construída ao longo de um processo histórico-cultural, pautado nas interações sociais realizadas entre o homem e o meio. Numa expressão mais simplificada enunciada por Leontiev (1998, p. 267), “cada indivíduo aprende a ser um homem” (grifo do autor).

Sob o prisma dessa abordagem psicológica acerca do psiquismo humano, compreensível é pensar que o professor não nasce professor, este se constitui. E se constitui não somente como fruto de um diploma ou de uma somatização de conteúdos vistos na sua formação inicial, necessários, reconheço, mas não suficientes. O professor se constitui sobretudo como resultado de uma vivência, de um processo de construção social, no qual, em interação com outros indivíduos e, em especial, com o aluno, aos poucos vai construindo a sua identidade e a sua competência profissional.

Nessa perspectiva, da mesma forma deve-se conceber o professor que assume uma turma com alunos portadores de necessidades educativas especiais. Nessa situação, não há como acreditar que esse professor, para receber esse alunado, tenha que ser testado, avaliado, para saber “se está no ponto”. Essa visão, insisto, isola, fragmenta o conhecimento que deve ser percebido, não como algo externo, totalmente novo e complexo, e sim, como resultado de uma articulação entre o que já se sabe, e sempre se sabe muita coisa, e o que se está em formação, o que se está construindo.

Por outro lado, é necessário considerar, como tão bem coloca Pinto (1998), que o bom professor de educação especial se

“especializa” no conhecimento sobre os fundamentos relativos às bases comuns da educação, para que a aprendizagem não se limite a processos especiais. Segundo Pinto, o processo pedagógico junto aos portadores de necessidades educacionais especiais deve partir do “especial” para o “comum”; do universal para o necessário. Os professores da educação comum “se fazem especializados” ao dominar o “específico” necessário para que o comum aconteça na complexidade da rotina da escola para todos, diz Pinto (destaques do autor).

Esse olhar sobre a competência do professor focaliza a necessidade de se ter acesso a uma formação básica sólida, geral, que fundamente uma prática pedagógica dirigida para um amplo grau de atuação, com crianças especiais ou não. O professor deverá estar munido de um conhecimento acerca do desenvolvimento humano, dos instrumentos pedagógicos com os quais lida, de uma consciência crítica acerca dos diversos fatores que influenciam a aprendizagem do aluno, para, assim atuando no seu cotidiano, independente de que aluno atenda, poder ir construindo a sua competência. Uma competência que não é dada pela natureza, nem chega como algo mágico, repentino, ao contrário, é fruto de um trabalho consistente, reflexivo, atualizado.

Nesse sentido, não há como continuar esperando pelos cursos específicos para que o professor atenda aos alunos com necessidades especiais. Esse específico deve fazer parte de todos os momentos da formação inicial e continuada do professor. O geral também deve estar presente nos cursos nos quais o específico é discutido e trabalhado. Os princípios de uma ação pedagógica eficaz devem prevalecer em qualquer um desses espaços. A ação do ensinar deve ser do domínio do professor, e o ensinar na diversidade, o comum a ser reconhecido.

É essencial que a escola torne-se um lugar especial. Especial para todos que nela ingressam. Que as diferenças possam ser reconhecidas e valorizadas. Que as experiências e as trocas favoreçam o enriquecimento técnico, profissional e humano dos

atores sociais envolvidos – alunos, docentes, técnicos e comunidade em geral.

A análise e a reflexão em torno da prática cotidiana da escola, junto ao intercâmbio com as instituições especializadas, ou com os serviços de apoio, também se tornam indispensáveis para a verdadeira implantação da escola inclusiva. O que não pode continuar acontecendo, é: primeiro, esperar estar preparado para trabalhar com a educação inclusiva, para depois se implantar a escola inclusiva. Esses dois processos não são excludentes. Ao contrário, são passíveis, e urgentemente necessários, de acontecer de forma simultânea e integrada.

Torna-se, pois, necessário que se amplie a idéia de inclusão, para possibilitar a todos o direito à educação e à aprendizagem, principalmente aos milhões de brasileiros que nem mesmo chegam aos bancos escolares. É preciso garantir as condições para que aqueles que ingressam na escola tenham o direito de lá permanecer e aprender. Somente assim estará se construindo uma escola especial, especial porque para todos.

REFERÊNCIAS

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978.

PINTO, M. D. Sociedade e educação inclusivas: desafios do final do século. In: *Mensagem da APAE*, jan/mar de 1999.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.